



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA NÚMERO SEIS

Aos trinta dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e quatro, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Um - Eleição de um Membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Concelhia de Saúde.**
- Dois - Alteração ao Regulamento do Regime de Licenciamento de Obras Particulares - Operações de Loteamento e Obras de Urbanização:**
  - Taxa de Mil Escudos por metro quadrado correspondente à totalidade da área a ceder de conformidade com os parâmetros constantes da Portaria número mil cento e oitenta e dois de vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois e nos termos do disposto do Artigo décimo sexto do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito de vinte e nove de Novembro de mil novecentos e noventa e um.**
- Três - Proposta de Concessão de Empréstimos.**
- Quatro - Proposta de Alteração dos Artigos Vigésimo sexto, Vigésimo sétimo e Vigésimo oitavo, da Tabela de Taxas e Licenças.**
- Quinto - Calcetamento da Rua das Presas - Senhora dos Verdes, Freguesia de São Pedro - Auto de Medição no valor de Novecentos e vinte e cinco mil escudos.**

Depois de verificadas as presenças dos Membros desta Assembleia, constatou-se as seguintes ausências:

Albino Massano Leitão, Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, Vitor Fernando Fonseca Cleto, José Manuel Novo de Matos, Manuel José Gomes Lucas, António da Graça Soares e Luis José dos Santos Melo.

O Deputado Albino Massano Leitão enviou um fax justificando a sua ausência. Esta Assembleia foi também informada que o Deputado Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos, independentemente do facto de não ter recebido a convocatória para esta Assembleia, não compareceria por motivos profissionais, bem como o Deputado José Manuel Novo de Matos, também por motivos profissionais.

O Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia deu por aberta a Sessão. De seguida e aproveitando o facto desta Sessão Ordinária ser a primeira depois da visita ao Nosso Concelho do Senhor Primeiro Ministro, proferiu algumas palavras alusivas a este facto, salientando a iniciativa tomada pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Executivo de convidar aquele dirigente da Nação, visita esta considerada controversa por alguns e por outros nem tanto. Na sua opinião pessoal, e supondo que interpretando o pensamento de muitos Manteiguenses, parece-lhe que é de depositar esperanças num velho ditado popular que diz que "Quem não se chega à brasa nunca se aquece". Apesar da relativa independência que o poder local hoje tem, continua a pensar que o poder de decidir ainda está no Terreiro do Paço em Lisboa, e por isso como Presidente desta Assembleia cumpre-lhe agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo Camarário ter tomado a iniciativa deste convite, e espera que esta visita traga as vantagens e proveitos necessários ao Nosso Concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Passou de seguida a mencionar a correspondência dirigida a esta Assembleia Municipal, com realce para a da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Recebeu também correspondência da Associação Nacional dos Autarcas Sociais Democratas, endereçando um convite para um Congresso. Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na pessoa do Sr. Deputado Carlos Luis, enviando uma cópia de um requerimento por ele apresentado às estâncias onde desempenha o seu Munus. Da Assembleia Distrital da Guarda, embora fora de prazo por ter chegado depois da realização da última Sessão Ordinária, de um convite para um Seminário. A Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviando uma comunicação sobre um Seminário que levou a efeito sobre os Direitos das Autarquias Locais, e que contou com a intervenção de vários juristas, documento este com muito interesse para quem quer estar informado sobre as actividades Municipais.

Recebeu-se também um ofício da Administração Regional de Saúde do Centro - Subdelegação da Guarda, renovando o pedido de apresentação de um Membro desta Assembleia para integrar a Comissão Concelhia de Saúde, assunto que iremos tratar hoje, e por fim recebeu-se uma comunicação da Associação Nacional dos Jovens Arquitectos, pedindo para comemorar o Dia Mundial da Arquitectura.

Passou-se ao período de Antes da Ordem do Dia e foi endereçado convite aos Municípios presentes para se inscreverem caso pretendam intervir.

Inscreveu-se o Sr. José Saraiva Lourenço.

Este Município referiu que tem nesta Câmara, há sete meses, um Projecto para aprovação e não vê resolução à vista. Apresentou inicialmente um pedido de viabilidade para a transformação de uma antiga Fábrica de Confecção num Salão-Bar. Foi-lhe pedido um projecto de alterações do qual apresentou quatro cópias. Uma foi para o Serviço Nacional de Bombeiros - Região Centro que o deferiu. Igual tratamento teve a que foi enviada à Delegação de Saúde. A Câmara Municipal também aprovou essa viabilidade.

Passados vários dias em que contactou com o Sr. Vereador José Abrantes Serra e com o Técnico desta Câmara, Sr. Eng. Francisco José da Silva Rebelo, foram-lhe pedidos mais quatro projectos. Chamou à atenção de ter sido convocado pelo Técnico desta Câmara para estar presente em determinado dia, o que fez durante todo o dia, e o Técnico não compareceu, e pelos vistos já sabia que não poderia comparecer.

Desses quatro projectos pedidos, tem dúvidas sobre a sua exigibilidade, pois que no caso do de Electricidade, deslocou-se à E.D.P. de Seia onde expôs o seu caso, falando ao Sr. Eng. Dias Gomes e este Técnico o terá informado que não seria preciso projecto, tendo aquela Entidade passado uma Ficha Electrotécnica para resolver o assunto, não necessitando o projecto.

Põe em causa o outro projecto pedido, o de Estabilidade, pois a obra está concluída há catorze anos e anteriormente destinava-se a uma Fábrica de Confecção. Contactou um Gabinete de Arquitectura que também manifestou a sua dúvida, pois tratava-se de uma obra concluída, licenciada por esta Câmara e cujo anterior fim, em princípio, destinava-se a suportar maiores cargas.

Dos restantes projectos pedidos, os do traçado das Redes de Águas e de Esgotos também tinha dúvidas, pois no edifício funcionaram há quatro anos essas redes licenciadas pela Câmara Municipal e ligadas às Redes Municipais.

Por isso pretendia perguntar a esta Assembleia e à Câmara Municipal o que deverá fazer para resolver o seu problema e poder ter licença de utilização para abrir o referido Salão-Bar, e saber se a Câmara Municipal tem o direito de lhe pedir estes projectos depois de funcionar no referido edifício uma Indústria?

O Sr. Presidente da Mesa referiu que o período destinado ao público não deveria ter resposta directa, mas se a Mesa ou a Câmara Municipal puder responder directamente ao Município, pensa que se deva fazê-lo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não pretende questionar a parte técnica deste problema, e pelo facto de lá ter funcionado uma confecção, nada tem a ver com o novo propósito que o Município tem em vista neste momento. A transformação da referida confecção em bar, pode acarretar e exigibilidade de projectos específicos para a nova actividade que pretende.

Em resposta, o Sr. Vereador José Abrantes Serra afirmou que o Município tem determinada razão e a Câmara não a nega. A Câmara Municipal tem tentado resolver este problema, mas não tomará nenhuma decisão sem o parecer do Gabinete Técnico do Município, e ao que parece ainda não estão reunidas todas as condições para um parecer favorável. Logo que estas estejam reunidas, o projecto será aprovado.

Não havendo mais público para intervir, inscreveram-se os Deputados Manuel Quaresma Domingos e José Paulo Ascensão Fraga.

O Deputado Manuel Quaresma Domingos apresentou um pedido dos Pais dos Alunos que residem na zona das Caldas, Zorrão, Santo António, etc., que passaram a frequentar a Escola C+S, e na impossibilidade desses Pais poderem estar presentes, pretendem que a Câmara Municipal estude a possibilidade de garantir a estes alunos transporte gratuito durante o período de aulas. Em anexo apresenta-se este documento.

De seguida o Deputado José Paulo Ascensão Fraga referiu o Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular, pediu a todos os seus representantes nas Assembleias Municipais para que apresentassem uma Moção em que é exposta a ideia do Partido sobre a questão da Regionalização. A Moção foi entregue na Mesa e foi lida à Assembleia. Em anexo também se apresenta este documento.

De seguida o Sr. Vereador José Abrantes Serra apresentou também uma Moção, subscrita pelas Câmaras Municipais de Belmonte, Covilhã, Guarda, Manteigas e Sabugal, que reunidas no dia 27 de Setembro, analisaram a situação da Linha da Beira Baixa, particularmente o troço Covilhã - Guarda, e apresentam as suas conclusões. Este documento apresenta-se em anexo.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que esta Moção acabada de apresentar foi ratificada pela Câmara Municipal de Manteigas, por unanimidade, na sua reunião de vinte e oito de Setembro de mil novecentos e noventa e quatro. Parece-lhe que o interesse dos transportes públicos que deverão servir as populações nas áreas em que o nome do Concelho está inserido, neste caso os Caminhos de Ferro, não nos deixam dúvidas em relação ao apoio que devemos dar às Câmaras que aprovaram essa Moção. Por isso, é dever e obrigação do Presidente da Mesa da Assembleia dirigir-se a este Órgão, perguntando se deveremos reforçar esse apoio apoiando essa Moção.

Não havendo dúvidas quanto ao valor e interesse dessa Moção, e à nossa vontade em ratificá-la, foi a mesma ratificada por toda a Assembleia.

Passou-se de seguida ao problema da Acta da Sessão Anterior.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que a acta foi distribuída previamente e perguntou à Assembleia se alguém tem comentários ou rectificações a fazer àquele documento.

Perguntou também se alguém desejava que a acta deveria ser lida ou se dispensava a sua leitura.

O Deputado José Martins Cleto interveio, afirmando que a acta deveria ser lida. O Deputado Manuel Quaresma Domingos afirmou que esta situação era diferente da que tinha acontecido na sessão anterior. Pensa que se deva dispensar a leitura da acta, pois já todos tivemos oportunidade de a ler. Referiu também que tinha dúvidas quanto ao número de abstenções na votação sobre o facto de se ter que ler a acta ou não.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Ouvida a gravação da Assembleia em causa, verificou-se estar correcta a contagem apresentada.

Foi prescindida a leitura da Acta e passou-se à votação para a sua aprovação.

Foi aprovada por unanimidade com dez (10) votos a favor, nenhum voto contra e uma (1) abstenção justificada pela ausência daquele Deputado naquela sessão.

Passou-se ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Eleição de um Membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Concelhia de Saúde.

O Sr. Presidente da Mesa pediu à Assembleia para que quem quisesse apresentar listas o fizesse.

Foram apresentadas três listas: a primeira designada por A, subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que propunha o nome da Sra. D. Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro; a segunda lista designada por B, subscrita pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, em que propunha o Deputado Adelino Custódio Duarte; a terceira lista designada por C, do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, subscrita pelo Deputado José Paulo Ascensão Fraga, em que propunha o Deputado José Manuel Novo de Matos.

O Deputado Albino Saraiva Cardoso referiu-se ao Decreto-Lei número trezentos e trinta e cinco de mil novecentos e noventa e três, alínea f) do número um do artigo décimo segundo na proposta que subscreveu, pelo facto de a candidata apresentada pelo Partido Socialista não pertencer à Assembleia Municipal.

Pelas vinte e duas horas e sete minutos entrou na sessão o Deputado Luis José dos Santos Melo.

O Sr. Presidente da Mesa rubricou os doze (12) boletins de voto referentes aos doze Deputados presentes na sessão, e estes foram entregues aos Deputados. A chamada será efectuada por ordem alfabética. Foi explicado aos Deputados que terão que se manifestar no boletim, em relação a cada uma das listas.

Feita a votação, foram conferidos os votos entrados na urna, tendo-se verificado que entraram doze (12) votos, tantos quanto o número de Deputados com direito a voto.

Procedeu-se ao apuramento dos votos, tendo-se verificado que a lista B, afecta aos elementos do Partido Social Democrata, foi aprovada por Maioria, com seis (6) votos a favor, quatro (4) votos contra e duas (2) abstenções.

Foi portanto aprovada a lista B, ficando o Deputado Adelino Custódio Duarte eleito para integrar a Comissão Concelhia de Saúde.

Passou-se de seguida ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos - Alteração ao Regulamento do Regime de Licenciamento de Obras Particulares - Operações de Loteamento e Obras de Urbanização.

Taxa de mil escudos por metro quadrado correspondente à totalidade da área a ceder, de conformidade com os parâmetros constantes da Portaria número mil cento e oitenta e dois, de vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois, e nos termos do disposto no artigo décimo sexto do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito, de vinte e nove de Novembro de mil novecentos e noventa e um.

O Sr. Presidente da Mesa teceu algumas palavras sobre este assunto e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que delegou no Vereador do pelouro, Sr. José Abrantes Serra, a explicação sobre este assunto.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Lendo uma informação técnica elaborada pelos Arquitecto Joaquim Luis da Costa Gomes e Engenheiro Francisco José da Silva Rebelo, que se junta em anexo.

Informou também que a Câmara Municipal, na sua reunião de Maio, aprovou este valor de mil escudos por metro quadrado. Pedem-se à Assembleia Municipal que se manifeste sobre este assunto.

O Sr. Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se alguém pretendia ser esclarecido sobre algum ponto.

O Deputado Luis José dos Santos Melo pretendia saber quais eram as áreas de cedência referenciadas na Portaria número mil cento e oitenta e dois, de vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois.

O Sr. Vereador José Abrantes Serra afirmou que esses valores dependem das áreas a lotear, mas existe um Quadro de Parâmetros de Dimensionamento nessa Portaria.

O Sr. Presidente da Câmara teceu alguns comentários explicativos deste assunto, referindo a solução apresentada de mil escudos por metro quadrado como valor razoável, para base desta discussão. Junta-se também em anexo fotocópia da Portaria número mil cento e oitenta e dois, de vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois.

O Sr. Presidente da Mesa referiu-se também a este valor como sendo razoável, pois as Câmaras Municipais têm despesas de manutenção com as infraestruturas desses loteamentos, ou seja, as ruas, redes de águas e esgotos, etc..

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal, que cria a taxa de mil escudos por metro quadrado, conforme o título inicial do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, esta foi aprovada por maioria com onze (11) votos a favor, uma (1) abstenção e nenhum contra.

Passou-se de seguida ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Proposta de Concessão de Empréstimos.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia referiu-se às possíveis "ilegalidades" que poderiam ter sido praticadas ou não pelo Executivo, por altura da Alteração ao Orçamento. Foi pedido um parecer à C.C.R.C. - Comissão de Coordenação da Região Centro sobre a legalidade ou ilegalidade da actividade da Câmara, em relação específica a este assunto, informando aquele Organismo que não houve ilegalidades. Esse parecer foi entregue a quem o requereu da parte da Assembleia. Neste momento a Câmara vem apresentar uma proposta, que passará a ser lida pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a Assembleia Municipal tem estas virtudes todas que nós acabámos de reflectir, e de facto nem tudo é tão simples, às vezes, como nós os recém-chegados ao Poder Local, e cometem-se de alguma maneira algumas ilegalidades pelo menos "formais", como referi na última Assembleia e tive o cuidado e o gosto de ter que aprender que as coisas não são tão líquidas como nos aparecem. E, de facto, não seria legítimo, se calhar, às pessoas que estão habituadas como nós em nossa casa e todas as outras pessoas, fazer constar num orçamento uma coisa que tivesse que ser previamente aprovada e, dando a mão à palmatória, significar no seu ponto de vista que como homem ligado a qualquer atitude empresarial, como alguns dos Senhores, que quando se tem um projecto para cumprir, naturalmente faz constar que se não tem dinheiro tem que o pedir emprestado. Não diz assim a Lei que regula as Autarquias Locais, e diz antes pelo contrário, que existem formalismos legais que têm que ser cumpridos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Neste momento o Sr. Presidente da Mesa pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para o interromper, para explicar um aspecto que já referiu a alguns dos Deputados e que tem a ver com a Lei que diz que para equilibrar um orçamento deve introduzir empréstimos já contratados; essa Lei foi feita na altura em que a taxa de juro subia mensalmente, ou de dois em dois meses, etc., e chegou a atingir os trinta e quatro e meio por cento.

Havia necessidade que o próprio Estado, que na altura era dono de todos os bancos, alertasse para os Municípios que contratassem os seus empréstimos antecipadamente; não era para efeitos de cobertura do orçamento, mas sim para efeitos de fixação de taxa a praticar pelas Entidades Bancárias. Neste momento a situação financeira é inversa, ou seja, dá-se a queda das taxas de juro. Mal seria para um Município ir contratar empréstimos hoje a uma determinada taxa, sabendo antecipadamente que daí a alguns dias essa taxa baixaria. A situação inverteu-se, daí que o próprio parecer da C.C.R.C. - Comissão de Coordenação da Região Centro venha a dar este aspecto.

Foi pedido ao Sr. Presidente da Câmara para continuar a sua intervenção

Referiu então que acabou por confirmar duas coisas: a primeira, que de facto havia uma razão subjacente, ou duas: o Sr. Presidente apresentou uma, que eram as taxas de juro, que de tal maneira justificaram, que antes de intervir num empréstimo, num orçamento ou numa rede orçamental, estas estivessem previamente concordadas. A outra razão era que os Municípios tinham necessidade, muitas vezes, de empolar os seus orçamentos, no sentido de, fazer mostra pública que tinham orçamentos com determinado tipo de magnitude e muitas vezes enquadravam empréstimos não contratados, e a Assembleia via-se confrontada com orçamentos muito além da capacidade financeira do próprio Município. Isto foi-me reflectido aqui pela parte de um Deputado Municipal, que mais conhecedor destas situações, levou a que efectivamente seja verdade que viver para aprender, e nós aprendemos que de facto a situação não estava coberta e legalmente constituída.

A pedido do Deputado Albino Massano Leitão consultámos a C.C.R.C. - Comissão de Coordenação da Região Centro que nos disse o seguinte e para esclarecimento de todos nós: de facto se o empréstimo não foi contratado previamente e antes de ser constituído, adentro da Revisão Orçamental, a Câmara Municipal não pode mobilizar esse empréstimo, até que ele seja aprovado pela Assembleia Municipal; mas, a Revisão Orçamental fica valorizada e constituída, excepto nas obras e para os efeitos que o empréstimo se destinar.

Por isso mesmo, quando o empréstimo é constituído, isto também nós todos aprendemos, e pensa que esta maneira de estar na vida, de dar a cara, é muito bom. O empréstimo tem que ser constituído sempre perante a Assembleia e junto das Instituições Bancárias, dizendo quais são as obras que garante, no sentido de todos estarmos informados, efectivamente, para o que se destina o empréstimo.

Foram cumpridas todas as tramitações exigidas e consultámos as Entidades Bancárias obrigatórias, necessárias e suficientes para esse efeito, apresentou-se à Câmara Municipal a relação de obras que iriam cobrir os quarenta e seis mil e quinhentos contos para o empréstimo à Câmara Municipal, mostrou-se que estávamos dentro da capacidade de endividamento do Município.

Em vinte e sete de Outubro de mil novecentos e noventa e quatro, em termos de Câmara Municipal, mostrámos quais as obras que iríamos tapar com esse empréstimo de quarenta e seis mil e quinhentos contos, e em subsequência e na sessão de vinte e oito de Setembro de mil novecentos e noventa e quatro foram apresentadas as propostas que nos foram enviadas por duas Entidades Bancárias (que se encontram em anexo a esta acta), a Caixa Geral de Depósitos e o Montepio Geral, propostas essas que foram distribuídas aos Srs. Deputados e perante estas duas propostas chegadas, o Executivo Camarário, por unanimidade, concordou que deveríamos contrair esse empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, à taxa nominal de doze e meio por cento, para pagamentos semestrais. Perante o exposto, a Câmara Municipal solicita a esta Assembleia Municipal que aprove este empréstimo.

O Deputado Manuel Quaresma Domingos pretendeu ser esclarecido sobre o Mapa de Capacidade de Endividamento da Câmara Municipal e sobre o número mínimo de propostas que têm que ser pedidas às Entidades Bancárias. Referiu também que se congratulava pela sinceridade e humildade com que a Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal acertou o problema e o rectificou, e a sua bancada não fez mais do que fiscalizar a acção da Câmara Municipal. Pela parte do seu Grupo seria aprovado o empréstimo.

Foi-lhe respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que foram efectuadas cinco consultas a Entidades Bancárias, tendo-se obtido duas respostas que são as propostas apresentadas.

Quanto ao Mapa de Capacidade de Endividamento da Câmara Municipal, realmente não foi distribuído. Prontamente foram distribuídas fotocópias desse mapa para rectificar essa situação.

O Sr. Presidente da Mesa respondeu também ao Deputado Manuel Quaresma Domingos que, na aprovação do empréstimo pela Câmara Municipal, em que estavam presentes os dois Vereadores do Grupo do Partido Socialista, foi distribuído esse Mapa onde ficou demonstrada a Capacidade de Endividamento da Câmara.

Posta à votação, a proposta da Câmara para concessão de empréstimo foi aprovada por unanimidade com doze (12) votos a favor.

Pelas vinte e três horas foi feito um intervalo de dez minutos.

Retomada a sessão, passou-se ao Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos - Proposta de Alteração dos Artigos vigésimo sexto, vigésimo sétimo e vigésimo oitavo da Tabela de Taxas e Licenças.

O Sr. Presidente da Mesa pediu ao Sr. Presidente da Câmara para elucidar a Assembleia sobre o teor e o alcance desta proposta.

Tomando a palavra referiu-se à necessidade havida de alargar o cemitério, assunto este já debatido em Assembleias anteriores. O volume e o alcance desta obra é uma das principais prioridades deste Executivo, dando continuidade à anterior decisão tomada. A obra foi levada a bom porto, dentro dos prazos estabelecidos. É hábito entre nós, por parte de determinadas famílias reservar local para os seus mortos, através de campas perpétuas e jazigos. É claro que os espaços são limitados. Várias questões se têm levantado sobre o Cemitério de Manteigas, optando-se por não mudar a sua localização e nem desdobrar aquele espaço.

Acontece que os gastos que a Câmara fez, relativamente ao último talhão, com a aquisição do terreno e com a obra em si, e entendendo-se que temos que garantir que toda a gente tenha uma sepultura condigna, terá a Câmara Municipal, independentemente de não ter qualquer lucro, fazer-se remunerar do espaço, que sendo exíguo, grato e querido a todos nós, avaliando esse mesmo espaço. Pretendemos que esta Assembleia faça a revisão dos valores anteriormente praticados para as sepulturas perpétuas e dos jazigos, bem como à Inumação em jazigos particulares e à Exumação.

A Câmara Municipal propõe o valor de cem mil escudos para a aquisição de sepultura perpétua, desde que nesse espaço já tenha sido sepultado qualquer corpo. No caso de alguém querer adquirir em vida o espaço onde irá ser depositado depois de morto, o valor proposto é de duzentos mil escudos. Para os jazigos as propostas são diferentes, sendo o valor de aquisição dos primeiros cinco metros quadrados de quatrocentos mil escudos, conforme a alínea a) do número dois do artigo vigésimo oitavo, e por cada metro quadrado a mais o valor de cem mil escudos, conforme a alínea b) do número dois do mesmo artigo.

Propomos também que passe para seis mil escudos o valor da taxa consignada no artigo vigésimo sexto, e para o montante de três mil escudos o valor da taxa consignada no artigo vigésimo sétimo.

Estes artigos referenciados encontram-se inscritos na Tabela de Taxas e Licenças, capítulo quarto, secção um, página catorze. Apresenta-se em anexo a página referida anteriormente e a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Os valores apresentados a esta Assembleia foram aprovados por unanimidade em sessão de Câmara, em catorze de Setembro do ano em curso.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Solicita-se a esta Assembleia Municipal que se pronuncie sobre este assunto e que aprove as novas taxas que se apresentam.

O Sr. Presidente da Mesa pediu que quem se quisesse manifestar que se inscrevesse, o que aconteceu com o Deputado Albino Saraiva Cardoso.

Este Deputado pretendia ser esclarecido sobre se o número um do artigo vigésimo oitavo já tinha sido aprovado em sessão de Câmara.

Foi-lhe respondido pelo Sr. Presidente da Mesa que a Câmara Municipal fez duas aprovações, uma para campas, em vinte e dois de Junho - fotocópia da acta número catorze de mil novecentos e noventa e quatro, e outra para jazigos, em catorze de Setembro.

Este Deputado pretendeu saber também qual o número de novas campas construídas e qual o montante das obras.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que tinham sido feitas cento e quarenta e cinco novas campas e que o valor das obras rondava os doze mil contos.

Pretendeu saber também se existia alguma estatística relativa ao número de mortos com mais de sessenta anos, em Manteigas, e o número de campas novas ocupadas nos últimos cinco anos.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o número de mortos por ano, em Manteigas, é de sessenta a setenta pessoas. Sabemos também que tem uma população envelhecida e, na pior das hipóteses, teríamos as campas todas ocupadas daqui a quatro anos. Na melhor das hipóteses, só teremos problemas com a ocupação das campas na próxima década.

O Deputado Albino Saraiva Cardoso preferia que o custo das campas compradas em vida fosse aprovado e desaprovada a compra depois de morto.

O Sr. Presidente da Mesa lembrou que estamos perante uma proposta aprovada pela Câmara, e só temos de aprová-la ou reprová-la. Não podemos alterá-la, nem temos capacidade para isso. A Câmara teria que alterar a sua proposta e teria que apresentá-la novamente à Assembleia Municipal.

Sobre este assunto falaram também os Deputados José Martins Cleto e João Lucas Leitão, sobre a admissibilidade da entrada da proposta do Deputado Albino Saraiva Cardoso.

Houve também intervenções dos Deputados José Quaresma Domingos, Manuel Quaresma Domingos e Luis José dos Santos Melo. Esta discussão foi bastante demorada, debatendo-se questões sociais, estatísticas e económicas.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia chamou à atenção que a Câmara salvaguardou o Serviço Social para quem não tem posses para a compra das campas.

Acabada a discussão, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta da Câmara Municipal, que foi aprovada por maioria com sete (7) votos a favor e cinco (5) abstenções, sem votos contra.

Passou-se de seguida ao Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos - Calcetamento da Rua das Presas - Senhora dos Verdes, Freguesia de São Pedro - Auto de Medição no valor de novecentos e vinte e cinco mil escudos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. Presidente da Mesa pediu ao Sr. Presidente da Câmara para elucidar a Assembleia sobre este assunto, referindo que no ano passado, na altura da intempérie, entre as diversas anomalias que aconteceram no curso normal da vida desta Vila, a intempérie destruiu o circuito estabelecido na Rua das Presas. Teve que haver uma intervenção rápida, e não se pretende aqui invocar a legalidade formal, no que a Lei estabelece. Assim foi feito, e ainda bem que foi feito, pois as decisões têm que ser tomadas no tempo certo e no sítio certo. Em relação ao empréstimo para pagar a obra, a Lei não foi respeitada integralmente, pois impunha-se que o Executivo a seguir a esta deliberação tomasse nota da ocorrência na primeira reunião que teve, e que, em subsequência também na primeira reunião da Assembleia que houvesse fosse apresentado o assunto, justificando, nos termos da Lei, e com todos os parâmetros legais. A legalidade aqui não foi cumprida, mas parece-lhe que também não foi tão importante assim.

A Rua das Presas foi arranjada, toda a gente vê que foi calcetada. O assunto não foi tratado formalmente com a devida cautela, mas terá que se pagar a obra. Entendemos que se deva pagar este trabalho o mais rápido possível, e portanto seja autorizado o pagamento dessa rua que foi executada, confirmado, em auto de medição, pelos nossos Serviços Técnicos, no valor apresentado de novecentos e vinte cinco mil escudos.

Sobre a matéria, se esta Assembleia não solucionar com a Câmara este problema, teremos que alongar este processo e penalizar terceiros. Por isso, solicitamos a anuência desta Assembleia.

O Deputado Manuel Quaresma Domingos referiu que a César o que é de César, e tal como há pouco louvou a Câmara pela sinceridade e humildade como encarou o outro problema das "anomalias", e já que o anterior Executivo era de maioria Socialista, também agora dão a mão à palmatória, como tendo havido uma falha que tem que ser corrigida.

Posto à votação este ponto, foi aprovado por maioria com oito (8) votos a favor e quatro (4) abstenções, ficando assim sanada a ilegalidade praticada pelo anterior Executivo, nesta obra mandada executar, sem depois cumprir as formalidades legais a que estava vinculada.

Terminada a discussão e votação dos vários pontos da Ordem de Trabalhos, passou-se aos assuntos de interesse para o Município - Assuntos além da Ordem do Dia.

O Deputado Manuel Quaresma Domingos apresentou um requerimento em que pede a sua suspensão do Mandato de Deputado Municipal, prevista na Lei, apresentando como justificativo as novas funções que irá exercer como Director do Jornal "Notícias de Manteigas", cargo este que requer isenção política total. Em anexo junta-se a carta dirigida pelo Deputado ao Sr. Presidente da Mesa.

O Sr. Presidente da Mesa teceu palavras elogiosas à actuação daquele Membro desta Assembleia, que demonstrou sempre ter uma postura digna, realçando o aspecto construtivo das críticas e dos problemas por ele apresentados durante as várias sessões.

Endereçou-lhe os seus Parabéns por querer assumir tão árdua tarefa e pessoalmente considera este pedido justificado.

Posta a questão se deveria ser posto à votação este pedido de suspensão, concluiu-se que não era preciso haver votação devido à justificação apresentada.

Foi autorizada a suspensão do Mandato.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que irá preencher o lugar a candidata da lista do Partido Socialista, Fernanda Isento Pereira, que deverá ser convocada, nos termos da Lei, por carta assinada por si, para se apresentar nos Paços do Concelho e tomar posse do lugar.

Inscreveram-se de seguida os Deputados José Martins Cleto, Albino Saraiva Cardoso e José Paulo Ascensão Fraga.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O primeiro Deputado inscrito referiu-se, em primeiro lugar, ao problema das águas pluviais junto à Coopito, e que deveriam ser colocadas caixas e entubar essas águas.

Em segundo lugar referiu que no Loteamento do Bairro do Rio existe um caminho público, que neste momento está em terra, e que deverá ser acabado sem o investimento da Câmara Municipal.

Referiu-se também ao problema do muro que está a cair, situação esta de perigo, e que se deveria falar com a Gerência da Sotave sobre este problema.

De seguida o Deputado Albino Saraiva Cardoso pretendeu ser esclarecido porque é que o décimo ano da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas não começou as aulas, o mesmo não se passando com o décimo primeiro e décimo segundo anos.

O Sr. Vereador José Abrantes Serra referiu que o problema das águas pluviais está a ser estudado e será resolvido em breve.

Quanto ao problema de uma rua em terra no Loteamento do Bairro do Rio, ficou levantado o problema e a Câmara irá debruçar-se sobre o assunto.

O Deputado Luis José dos Santos Melo referiu que lhe parecia que aquele caminho era de serventia agrícola.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que toda a área pertencente a um loteamento terá que ser arranjada pelo loteador, independentemente do seu tipo.

Quanto ao problema do muro, terá que se arranjar uma solução falando com a Gerência da Sotave.

Em resposta ao Deputado Albino Saraiva Cardoso, a Albase demorou a entrar em obra e há efectivamente um certo atraso. Está a prever-se a entrada em funcionamento daquele ano entre quinze e trinta de Outubro. Como se sabe, o anterior empreiteiro abandonou a obra por razões financeiras, e esta Câmara teve que conciliar a saída de um empreiteiro e a entrada de outro - a Albase.

O Deputado José Paulo Ascensão Fraga pretendia um esclarecimento da Câmara Municipal relativo a determinados factos ocorridos que lhe parecem graves e saber que diligências tomou ou irá tomar a Câmara para se enfrentar esses factos. Os assuntos em causa têm a ver com a saída para o exterior deste edifício de determinado documento que foi a fotocopiar e apareceu distribuído na via pública.

O segundo caso tem a ver com o desaparecimento da Perspectiva da Entrada da Vila, executado pelo G.A.T. - Gabinete de Apoio Técnico da Guarda e que misteriosamente foi retirado do Salão Nobre. Como é que podem acontecer casos destes?

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara afirmou que o documento aparecido na via pública estava relacionado com o Segundo Quadro Comunitário de Apoio. É um assunto que embora grave, não coloca problemas à Câmara, mas o mesmo não acontece com a Perspectiva da Entrada da Vila. Esse projecto era para ser apresentado hoje aqui nesta Sala, e pretendia-se pô-lo à discussão, para os Srs. Deputados verem, criticarem, sugerirem alterações, etc.. Pretendia-se também colocá-lo à discussão pública.

Mandou-se executar um caixilho e, para nosso espanto, quando se ia emoldurar o trabalho, tinha desaparecido o Projecto, ficando apenas o rolo de protecção.

Temos neste momento fotografias que tirámos dessa perspectiva para os Srs. Deputados verem no fim desta sessão, e esperamos que quem levou esse trabalho, o deixe cair na rua, uma vez que nele se fala em Valzedo e as pessoas rapidamente o reconhecerão. Pretendíamos dar a conhecer às pessoas esse trabalho, duma maneira mais digna, mas não foi possível.

Poderá haver malevolência nisto, no sentido de comprometer pessoas que nos são mais próximas; estas portas continuarão abertas, o Gabinete do Presidente da Câmara também, e portanto se alguém quiser consultar qualquer trabalho, se nos dirija nesse sentido, pois será atendido.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Isto faz parte de uma vivência democrática, e a estes casos denominá-los-ei de secalões da Democracia. Esperamos que isto não se volte a repetir.

O Deputado João Lucas Leitão, na impossibilidade da presença do Deputado José Manuel Novo de Matos, pretendia saber em que ponto estava o problema do mobiliário para as sessões da Assembleia, ao que o Sr. Presidente da Mesa lhe garantiu que na próxima sessão já teremos esse mobiliário.

O Sr. Presidente da Câmara referiu-se também a um facto desagradável, passado anteontem, quando decorria a sessão de Câmara, fomos abordados por três Inspectores do Instituto de Imagem, no sentido de ele próprio abandonar a sessão, para tratar de assuntos do interesse próprio. Esta abordagem não é normal, e por eles foi dito que sabiam que a Câmara tinha a funcionar um retransmissor de uma antena parabólica. Incorre, nos termos da Lei, em determinadas penalidades, uma vez que se responsabilizou pessoalmente por esse retransmissor, e teriam que lavar auto, a menos que esse aparelho seja imediatamente desligado. Se quando voltarem a passar por aqui o retransmissor estiver em funcionamento, lavarão o respectivo auto.

O Sr. Presidente da Câmara também lhes chamou à atenção para a má recepção dos canais nacionais, em especial em Sameiro, e fez-lhes ver a necessidade de colocar nesta zona os equipamentos devidos, de modo a que a recepção desses canais seja feita em condições.

Foi-lhe comunicado que houve uma denúncia e que se lembrasse que este problema poderia estar relacionado com outros interesses comerciais, tais como a venda de antenas parabólicas, por exemplo.

Acontece que, no caso de lavrado o auto, quem responderia em Tribunal não seria o Presidente da Câmara, mas sim José Manuel Custódia Biscaia em nome individual.

Outra matéria em que pretende dar conhecimento a esta Assembleia, prende-se com as candidaturas que esta Câmara tomou em relação aos Quadros Comunitários de Apoio. O Plano para mil novecentos e noventa e cinco está visto, e logo que seja discutido o Orçamento pelo Governo e esta Câmara saiba quais as verbas que nos irão ser atribuídas, estamos em condições de começar a modular quer o Orçamento quer o nosso Plano.

Aceitou as críticas que lhe foram feitas durante a Revisão do Plano e Orçamento e pretende devolvê-las com o mesmo à vontade com que as recebeu, convidando todos os Grupos Parlamentares para que, durante o mês de Outubro, o mais tardar na primeira semana de Novembro, apresentem as suas sugestões, em reunião que irá ser marcada.

Por último, pretende secundar as palavras do Sr. Presidente da Mesa relativas ao pedido de suspensão do Mandato do Deputado Manuel Quaresma Domingos, para lhe dizer que é com mágoa que o vemos partir, mas com uma alegria muito grande por saber o cargo que irá ocupar no Jornal "Notícias de Manteigas", de tal maneira que perdendo um bom elemento dentro da Assembleia, não deixará concerteza de ter a sua qualidade fora desta casa, na actividade que vai desempenhar.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa referiu-se a esta sessão como sendo, acima de tudo, dialogante, profícua e digna de todos nós. Congratulou-se pela maneira como decorreram hoje os trabalhos, esperando que tal venha a acontecer nas próximas sessões, mas também é com mágoa que vê que a população começou a alhear-se das Assembleias.

Foi dada por encerrada a sessão, da qual vai ser lavrada a acta que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.